

SESSÕES DO PLENÁRIO

50ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de maio de 2013.

PRESIDENTE: DEP. CARLOS GEILSON *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto . (55)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Marquinho Viana, comunicando sua ausência da sessão no dia 02/05/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência das Sessões Itinerantes no dia 04/04/2013 em Juazeiro e 09/05/2013 em Jequié, em virtude de estar participando de atividades assumidas no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.

Com a palavra a deputada Luiza Maia, trazendo os seus avisos e os seus pronunciamentos aguardados, como sempre, com muita expectativa. A deputada falará pelo tempo máximo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupantes das Galerias Paulo Jackson, é uma honra tê-los aqui, imprensa e os que nos acompanham pela *TV Assembleia*, quero registrar, aqui, a minha satisfação e alegria por ter realizado hoje, pela manhã, no Auditório Jutahy Magalhães, uma sessão especial em comemoração aos 30 anos do NEIM.

Para quem não conhece, NEIM é o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, um órgão da Universidade Federal da Bahia que busca realizar e incentivar o ensino e a produção do conhecimento na área de estudos sobre mulheres e relações de gênero, bem como a implementação de ações concretas de transformação na condição das mulheres.

O NEIM constitui-se, desde o seu início, na intenção e objetividade de ação como um grupo interdisciplinar e indissociável da comunidade, desenvolvendo projetos especiais de intervenção na perspectiva de gênero. Esses projetos, aqui denominados projetos institucionais, diferem dos projetos de pesquisas acadêmicas realizados continuamente pelas integrantes do NEIM por seu caráter de pesquisa e atividades de extensão na perspectiva de uma interseção entre a teoria acadêmica e a práxis feminista.

Além da pesquisa e do ensino, a equipe do NEIM desenvolve ações de formação e conscientização, organização de mulheres de setores populares, e atua junto a sindicatos, associações de moradores, grupo de mulheres, redes e organizações governamentais e não governamentais, com destaque para as atividades da relação de gênero.

Há, ainda, uma relação desigual, cruel, desumana e machista que incomoda muitas mulheres. Mas temos a honra e a alegria de ter esse órgão da Universidade Federal da Bahia.

Apresentamos a esta Casa uma indicação ao, na época, ministro da Educação, Haddad, através da reitora, nossa querida Dora Leal, para que transformasse o NEIM em um instituto. Isso ampliaria suas possibilidades de financiamento, de ação na própria universidade, e ampliação da pesquisa. Mas, hoje, ele enfrenta certas dificuldades, certas barreiras também, para avançar em sua luta.

Quero dar como lida aqui uma carta que a equipe do NEIM fez para a comunidade, inclusive convocando para esta sessão de hoje, que achei muito interessante.

Também quero pedir o apoio desta Casa para que ajude esse órgão, que já foi um órgão suplementar da universidade e foi retirado por decisão do Conselho Universitário desde 2009, o que é um prejuízo para a área de pesquisa e extensão

realizada na UFBA. A carta diz que o NEIM neste mês está completando 30 anos de existência, anos de luta na construção de um campo do saber, ainda visto e tratado também com muito preconceito na academia.

Como não tenho tempo de ler todo, quero dar como lido.

Queria também registrar aqui, Sr. Presidente, a nossa satisfação e parabenizar a presidenta Dilma, já que, de acordo com a revista Forbes, foi eleita a segunda mulher poderosa e importante do mundo, perdendo apenas para a chanceler alemã Angela Merkel. Isso é motivo de alegria, um País onde a sociedade tem uma cultura machista forte, comandado por uma mulher competente, corajosa, uma grande gestora, que está aí tendo um grande reconhecimento do mundo. É motivo de muita alegria para as mulheres. Para as mulheres e para os homens também, está reparando aqui o nosso querido deputado Carlinhos Brasileiro.

Mas estou hoje falando em nome das mulheres, porque estou hoje muito satisfeita com a sessão importante que realizamos hoje, quando discutíamos a importância do NEIM como farol para orientar as mulheres e os movimentos sociais nesse debate de gênero, por isso me esqueci de colocar os homens também. Mas V. Ex^a sabe, deputado Carlinhos Brasileiro, que a nossa luta e o meu entendimento é que a vitória da luta das mulheres só será mais rápida se os homens entenderem e participarem disso.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Carlinhos Brasileiro por 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, *TV Assembleia*, servidores, eu queria nesta tarde ler uma Moção de Congratulações ao município do Senhor do Bonfim pela passagem dos seus 128 anos de emancipação, que irá acontecer na próxima terça-feira, 28 de maio.

(Lê) *“O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa, MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES ao município de SENHOR DO BONFIM - BA, pela passagem dos 128 anos de emancipação, em 28 de maio 2013.*

O município de Senhor do Bonfim é hoje um dos mais importantes do interior da Bahia, sendo o 22º mais populoso, com cerca de 78 (setenta e oito) mil habitantes. É centro de confluência de uma microrregião, que leva o seu nome, e que reúne mais de 350 (trezentos e cinquenta) mil habitantes.

A história Senhor do Bonfim está relacionada à busca de ouro e das pedras preciosas, na região, bem como a introdução da criação de gado no sertão baiano. Ainda no final do século XVI, portugueses pertencentes a Casa da Torre, organizavam expedições com destino ao rio São Francisco e às minas de ouro, iniciando a ocupação do interior da província e a formação de vias de comunicação com o litoral. Situado em zona de passagem dessas expedições, estabeleceu-se no território do atual Município uma rancharia de tropeiros no século XVII, servindo de pouso para vaqueiros, bandeirantes e desbravadores que transitavam naquela

Região. E foi nesta época, dentro da estratégia de catequese das populações indígenas, que foi criado o arraial da Missão do Sahy a partir de 1697, dirigido pela Ordem dos Frades Menores ou Ordem dos Padres Franciscanos.

No Arraial, estabelecido nas proximidades de uma aldeia pataxó, foram construídos convento e igreja sob invocação de Nossa Senhora das Neves. Em 1720, o arraial do Sahy passou à categoria de Vila, sediando a comarca de Jacobina até 1724, quando a sede foi transferida para a Vila de mesmo nome. Com o crescimento da atividade pecuária, a expansão das pastagens e o avanço da ocupação do sertão baiano, formou-se uma povoação ao redor da antiga rancharia, às margens da estrada das Boiadas. Em 1750, o núcleo já contava com várias edificações e com população estabelecida, recebendo a denominação de arraial de Senhor do Bonfim da Tapera.

As riquezas minerais da Região, além da localização privilegiada do Arraial, atraíam, cada vez mais, grande número de tropeiros e peões vindos de outras partes da Bahia e do Nordeste. No final do século 18, o Arraial, foi transformado em Vila pelo governo da Província, a Vila Nova da Rainha. Em 28 de maio de 1885, a Vila foi elevada à categoria de Cidade, tendo seu topônimo modificado, inicialmente para Bonfim e depois para Senhor do Bonfim.

O município, fincado no território de identidade Piemonte Norte do Itapicuru, chega aos 128 anos como um importante polo comercial, educacional e de saúde do norte baiano. O desenvolvimento econômico é, na atualidade, o principal foco, já que a cidade experimentou um grande avanço na infraestrutura e nas áreas sociais, como educação, saúde e assistência, sobretudo entre os anos de 2001 e 2008.

Neste período, uma grande transformação foi possível com a construção de praças, pavimentação de ruas, construção e reforma de escolas, implantação de mini-hospitais e unidades de saúde, reforma e ampliação do hospital regional, novos serviços de atendimento, implantação de unidades de assistência social, recuperação de estradas, quadras poliesportivas, centro esportivo, unidades habitacionais, parceria com diversas entidades, estímulo à pecuária e produção leiteira, recuperação de espaços de lazer e cultura, revitalização e fortalecimento dos festejos juninos, além da novos cursos universitários, faculdades, fortalecimento da Uneb e a conquista da Universidade do Vale do São Francisco.”

Esta foi uma outra importante conquista para Bonfim e região: a criação da Universidade do Vale do São Francisco, núcleo Senhor do Bonfim.

(Lê) Hoje, o povo bonfinense quer mais progresso. A luta concentra-se da busca da segurança hídrica do município e, conseqüentemente, a garantia de água em abundância que possa proporcionar, além do abastecimento humano, desenvolvimento, com projetos de unidades industriais e de agricultura irrigada. O primeiro passo está sendo dado pelo governo estadual, que deu início aos estudos para construção da adutora do São Francisco, que beneficiará toda a região de Senhor do Bonfim. A obra representará investimentos da ordem de R\$ 480 (quatrocentos e oitenta) milhões.

Outro grande projeto é um sonho de toda a população do semiárido, e que,

após concluído, representará, sem dúvidas, a redenção, de toda a região de Bonfim. O 'Canal Águas do Sertão Baiano' - transposição do Eixo Sul do Rio São Francisco - já foi autorizado pela presidenta Dilma Rousseff. Ele terá cerca de 350 (trezentos e cinquenta) quilômetros, saindo da represa de Sobradinho, passando pelas bacias do Itapicuru até a Bacia do Jacuípe, beneficiando dezenas de municípios ao longo do caminho, reforçando rios e barragens da região e garantindo água em abundância. O investimento está estimado em cerca de R\$ 6 bilhões, e durante o período de construção, deverá gerar milhares de empregos na região.”

O seu anteprojeto em estudos está estimado em 12 milhões, hoje já empenhados através da Codevasf.

(Lê) *“A luta pelo desenvolvimento de Bonfim inclui ainda a implantação do Aeroporto Regional, do Distrito Industrial, o fortalecimento da bacia leiteira e ações de fomento às potencialidades econômicas como caprinocultura, mineração, fruticultura e outras atividades agrícolas.*

Orgulho da sua gente hospitaleira e alegre, Senhor do Bonfim, conhecida como a -Capital Baiana do Forró-, realiza, todos os anos, um dos festejos juninos mais animados e tradicionais do país. A história deste povo sertanejo é traduzida, ainda hoje, pelas suas tradições, sua cultura e suas raízes, que engrandecem o nosso estado.

Dê-se conhecimento desta Moção de Congratulações à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Senhor do Bonfim.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2013.

Deputado Carlos Brasileiro.”

Encerro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, afirmando que por tudo isso Senhor do Bonfim é reconhecida como a “Capital Baiana do Forró”. Viva Senhor do Bonfim, pois é terra querida, terra amada por todos nós, uma das mais progressistas do Estado da Bahia! (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Esta Presidência fez uma concessão no tempo. Não ao deputado Carlos Brasileiro, mas ao povo de Senhor do Bonfim.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, hoje tive a oportunidade de participar duma importante audiência pública, proposta pelo deputado Adolfo Viana, na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos desta Assembleia Legislativa, em que se discutiu a implantação do Terminal de Regaseificação da Petrobras, localizado na Baía de Todos os Santos entre o Porto de Aratu a Ilha de Maré e a Ilha dos Frades. A cada dia, fico convencido, caro deputado Rosemberg, que também participou audiência, ao lado do deputado Joseildo, membro da Comissão de Ambiente, de que nós precisamos rediscutir o papel desta Casa.

Às vezes, deputados vêm a esta tribuna para tratar de brigas políticas menores

ou de questões paroquiais. E a gente vê passar assuntos de extrema importância para o desenvolvimento do nosso estado. Às vezes, por conta justamente dessa ausência de uma discussão mais profunda sobre temas relevantes, deixamos de dar uma parcela importante de contribuição, como é o caso desse terminal de regaseificação.

Estou absolutamente convencido, mais ainda, da impropriedade da localização desse terminal. Temos uma das baías mais bonitas do mundo. Seguramente, está entre as cinco baías mais bonitas do mundo, com potencial magnífico para o turismo, sobretudo para o turismo náutico e importante ainda em função do clima da Bahia.

Enquanto outros lugares paradisíacos do nosso país como no Sul ou no Sudeste há um clima frio com muita chuva e água gelada, aqui, o nosso favorece a que, durante praticamente todo o verão e grande parte das demais estações do ano, a gente possa explorar o turismo náutico.

É um absurdo a criação desse terminal que vai impactar, visualmente, a Baía de Todos os Santos. Repita-se, é um absurdo que seja levado a efeito nesse local. E chegamos a uma situação de que, por uma falta de discussão mais ampla, se tomou a decisão em função de alguns quesitos ambientais, mas muito mais por conta da questão econômica, sem que se fosse mensurado que o prejuízo visual que se traz à Baía de Todos os Santos é de um prejuízo imaterial e um prejuízo incalculável que, seguramente, ficará aí para as gerações futuras. Afirmo que tal terminal poderia estar melhor localizado.

Portanto, como já participei da Comissão de Meio Ambiente, fiz um requerimento para que se discutisse o assunto logo depois entramos em recesso. Essa questão passou. A obra está em andamento e, pelo o que podemos conferir da discussão, quase concluída em 80%, com previsão de conclusão para setembro de 2013.

Portanto, qualquer decisão no sentido de modificar a localização importaria num prejuízo muito grande para a companhia, que não poderia, por conta de uma decisão interna da própria companhia, que é uma sociedade anônima e teria que prestar contas para os seus investidores. Não poderia tomar a decisão de relocar, a não ser que fosse uma decisão externa, do Poder Público, que vai onerar o contribuinte.

Portanto, a decisão foi tomada, decisão absolutamente equivocada e com culpa de todos, desde o governo federal, passando por não participar, como bem salientou o deputado Rosemberg, por uma avaliação do próprio Cepam, do governo do estado e daqui da Assembleia Legislativa.

Hoje pela manhã, nós trouxemos mais uma lição que espero que fique. E isso é um assunto que faço questão de trazer ao Plenário desta Casa para que fique como lição de que nós não somos vereadores regionais. Temos de estar atentos às questões importantes.

Gostaria de trazer outro assunto, aqui, rapidamente, - já que temos tão poucos deputados, deputado Carlos Geilson, com a paciência de V.Ex^a, e a gente estende o Pequeno Expediente -, mas trazer um assunto importantíssimo, para mostrar que esta

Assembleia está ficando a par das coisas, porque as coisas estão acontecendo e a Assembleia ficando sem participar.

Na semana passada, para fazer justiça, na sexta-feira, a Ordem dos Advogados do Brasil organizou, sob iniciativa do deputado Amaury, do PT, que é Presidente da Frente pela implantação dos Tribunais Federais, aprovada por uma PEC de iniciativa do governador Paulo Souto, que cria tribunais, ao lado do senador Sérgio Silva, do Paraná. Não é só a Assembleia Legislativa, mas a classe política do nosso Estado como um todo está se omitindo desse debate.

Veja que absurdo, deputado Joseildo, a PEC tramitou no Senado Federal, tramitou na Câmara dos Deputados, nas Comissões de Constituição e Justiça, em comissão especial, no plenário da Casa, voltou ao Senado aprovada nas duas Casas. E agora o que resta ao presidente do Congresso? Restam apenas promulgar, que é um ato formal de reconhecer a vontade soberana do Plenário das duas Casas do Congresso, que criou esses Tribunais Regionais Federais.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado Elmar.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- E estão sendo obrigados, o deputado Amaury e um senador do Paraná, a terem a iniciativa de pressionar o Senado, que está agachado perante o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, que é contra por capricho. E o presidente do Senado, que não reagiu novamente a uma crítica...

Portanto, para concluir, no dia 06 de junho nós estaremos fazendo uma sessão especial aqui para discutirmos isso com a Frente Parlamentar criada pelo deputado Amaury Teixeira e o senador Sérgio Souza, juntamente com a OAB, com os advogados da União, procuradores da República, enfim, com o mundo jurídico da Bahia, e espero que desta feita tenha a participação, senão unânime, mas expressiva desta Casa, num tema que é importantíssimo para o nosso Estado, que é a implantação do Tribunal Regional Federal da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Essa presidência foi tolerante com a deputada Luiza Maia, com o deputado Carlinhos Brasileiro e, com certeza, será também com o deputado Joseildo Ramos, porque essa presidência aqui o pau que dá em Chico, dá em Francisco; o que dá em Elmar, dá em Joseildo também.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, V.Ex^a está numa desenvoltura enorme, não sei o que isso significa.

Gostaria de saudar todos que estão presentes, indistintamente, para ganharmos tempo. Mas, gostaria também de acrescentar alguns aspectos das discussões que ocorreram até então, mais especificamente do pronunciamento que me antecedeu, do ilustre deputado Elmar Nascimento.

Constatamos, nessa importante discussão que teve lugar na Comissão de Meio Ambiente, que a Petrobras cumpriu, até então, tudo aquilo que a legislação, efetivamente, lhe cobra do ponto de vista da formalidade. E a administração pública

municipal é uma só. O que é que eu estou querendo dizer com isso? O governo municipal mudou, agora, tem quase 5 meses, mas o governo anterior, do Estado local, ou seja, da Prefeitura, já existia na primeira capital brasileira. Portanto, as tratativas relacionadas ao Terminal Regaseificação da Petrobras ocorreram com o Estado local, ou seja, com a gestão anterior, que pode ter sido leniente, que pode ter sido omissa, que pode não ter cumprido as suas prerrogativas na discussão e nos processos de licenciamento.

Portanto, não há lugar para se cobrar, nesse instante em que a obra caminha para a sua conclusão, possíveis prejuízos que não foram tratados no seu tempo. E aí eu sou obrigado a concordar com o deputado Elmar Nascimento, apenas e tão somente na extemporaneidade da discussão.

Contudo, lembro perfeitamente de que num projeto de R\$ 1 bilhão, repito, eu falei de R\$ 1 bilhão, a relação da Petrobras com as comunidades carentes que sobrevivem da pesca e da mariscagem não está numa relação prejudicada; mas poderia estar tendo um processo mais substantivo, mais adequado para que o protagonismo dessas comunidades fosse respeitado, porque são comunidades tradicionais e fazem parte do patrimônio e da história do nosso estado.

Este terminal de regaseificação é profundamente necessário para a Bahia de hoje. E o estado que mais demanda gás para as suas atividades industriais, veiculares, residenciais é o estado da Bahia, pois é o motor do desenvolvimento do Nordeste brasileiro que caminha a passos largos para ter o dobro do crescimento da produção de riqueza que se vai verificar no País como um todo.

Portanto acho que esta Casa tem perdido oportunidades ímpares de discutir temas importantes. Posteriormente, deputado Rosemberg, eu deverei trazer a esta tribuna uma discussão que nos cabe.

Recentemente, o ministro dos Transportes e o ex-governador César Borges estiveram entre Petrolina e Juazeiro para lançar um estudo do novo traçado ferroviário, onde uma das principais justificativas para você ter um terminal de carga, um porto seco na intermodalidade do município de Feira de Santana, pressupõe um novo traçado, com novas desapropriações, com custo de investimento extremamente elevado, quando já existe um traçado original da ferrovia que vem de Petrolina e Juazeiro na direção dos portos de Salvador, passando pelo maior entroncamento ferroviário do Norte e Nordeste que está no município de Alagoinhas.

Então, cabe discutir profundamente. E esta Casa não se pode ausentar dessa discussão, porque ela pode ser muito cara para o Nordeste e para o País. E nós deveremos, no momento adequado, estar aprofundando essa discussão que tantos nos cabe.

Mas, também, rogando pela aquiescência de V.Ex^a, quero dizer que, depois de amanhã, estaremos discutindo no território de identidade do Litoral Norte e do agreste baiano, a questão da silvicultura, do plantio desenfreado do eucalipto da região do Litoral Norte e do agreste da Bahia. É preciso preservarmos toda essa região para futuras gerações através da biodiversidade, o respeito aos biomas da nossa querida Bahia. E esta, também, é uma discussão importante que carece do

devido aprofundamento para o qual peço atenção dos meus pares.

Obrigado pela tolerância, meu querido presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENRE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado, quase prefeito de Feira de Santana, nosso querido Carlos Geilson. José Ronaldo me autorizou a dizer isso aqui.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Tem deputado lá em Feira que, com certeza, não gostou da fala de V.Ex^a.

Sr. Presidente Rosemberg Pinto, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia que está aqui no recinto, abraço ali nosso amigo lá de Feira de Santana, Adilson Neto que está nas galerias acompanhando esta sessão. Tem sido motivo recorrente de pronunciamentos nossos aqui nesta Casa, meus queridos colegas da imprensa, a defesa de Feira de Santana na vertente de termos uma maternidade pública estadual.

Quem, hoje, pega o jornal *A Tarde* se depara com a manchete, no primeiro caderno, página 10: *Gestante peregrina quatro dias por hospitais em busca de atendimento. Grávida de 9 meses, Gabriela Teixeira passou por 3 unidades até ser atendida.* Foi ao Hospital da Mulher, não tinha vaga. Foi ao hospital Clériston Andrade e, lá, quando a jovem senhora de 22 anos chegou sentindo muitas dores, ouviu logo da atendente: Não tem vaga. E aí a família prosseguindo na peregrinação, foi ao hospital Dom Pedro de Alcântara: Não tem vaga; vai para o Hospital da Mulher e, mais uma vez, não tem vaga; vai para o Clériston Andrade mais uma vez, lá também não é atendida; vai para o Dom Pedro e mais uma vez não é atendida. No último caso, foi com a equipe do jornal *A Tarde* à *Mater Day*, maternidade particular, e lá conseguiu atendimento, depois de 2 horas de muita luta, de muito trabalho, levando sofrimento à família.

Justamente a mulher, no momento mais sublime que é o de dar à luz, colocar uma vida no mundo, que já sente as dores naturais, sofre ainda mais com essa dor psicológica que, talvez, seja mais dolorida, muito mais traumática que é o sofrimento de bater na porta dos hospitais sem conseguir atendimento.

E é por isso que nós estamos defendendo, não é fazendo nenhum cavalo de batalha não, é na defesa da mulher de Feira, da mulher da região, precisamos de uma maternidade pública estadual.

O Hospital da Mulher, em Feira de Santana, que atende Feira e região, não comporta, não tem mais espaço. O hospital Clériston Andrade, que o governo quer desativar a sua obstetrícia, também está superlotado, idem o hospital Dom Pedro de Alcântara.

Os fatos são recorrentes. E, lá na minha cidade, para os senhores que nos assistem no canal *TV Assembleia*, quantas mulheres pariram em carros de reportagem. Ali está o contrerrâneo do setor da imprensa, Itamar Ribeiro, que é testemunha ocular que muitas mulheres deram à luz em carros de reportagem, quando a família, no desespero, ligaram para o programa e pediram que conseguissem um local para que a parturiente, a gestante, fosse atendida.

Peço, neste momento, ao deputado Zé Neto, Líder do Governo, que se some à nossa voz e à voz de outros feirenses e de outras feirenses que assim também pensam que nós não podemos mais viver nessa situação e ter o desprazer de ver num jornal de grande prestígio como o jornal *A Tarde* uma coisa que nos entristece, deixa-nos, diria, acabrunhado ao ver o sofrimento de 4 dias. Você que é mulher e está me assistindo agora, 4 dias, indo de hospital em hospital, hospital em hospital. E você que já pariu bem sabe como é esse momento. A mulher fica precisando de mais carinho, de mais apoio. E é justamente nesse momento que ela precisa de tudo isso e vai de hospital em hospital para conseguir dar à luz a um filho, colocar mais uma vida no mundo.

Portanto, Sr. Presidente, reitero, mais uma vez, a nossa defesa para que se construa em Feira de Santana uma maternidade pública estadual, porque nós já temos hospital municipal.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o Exmº Sr. Deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados presentes, imprensa, senhores que ocupam as nossas galerias nesta tarde, quero cumprimentar a todos.

O que me traz a esta tribuna é dizer que ser da Base do Governo tem os seus ônus e tem os seus bônus. E nós estamos aqui para defender o governo Wagner, defender a população do nosso Estado.

Sr. Presidente, (Lê) “Em 2011, nós apresentamos nesta Casa um requerimento solicitando a criação da Frente Parlamentar para Combater a Pedofilia em nosso Estado.

A criação da Frente Parlamentar está baseada no art. 277 da Constituição Federal Brasileira (CF), de 1988, que dispõe sobre o papel da família, da sociedade e do Estado no que diz respeito a criança e ao adolescente.

A Frente Parlamentar senhor presidente, visa cobrar o que já foi determinado em nossa Lei Maior, a Constituição Federal. A grande missão será desenvolver e apoiar ações de políticas públicas voltadas para a prevenção e combate deste crime, aliás um crime hediondo, covarde que se pratica contra a criança.

No último sábado (dia 18 de maio) comemorou-se o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, e uma reportagem publicada na edição do final de semana da Tribuna da Bahia revelou que, só de janeiro a abril deste ano, foram feitos 12.856 registros de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Em todo o ano passado foram 37.803 casos denunciados, 2.150 a mais que em 2011, o que representa um aumento de 55,07%. Os dados são do Disque 100 do Governo Federal. Então, vejam que há um aumento absurdo desses casos infelizmente em nosso estado. Ainda segundo o Centro de Defesa da Criança e do

Adolescente (Cedeca), a violência costuma ser praticada contra crianças com idades entre 2 a 9 anos e geralmente são realizadas no seio familiar. Já a violência sexual geralmente ocorrem com garotos de 13 a 16 anos anos.

Em 2011 ainda, índice também foi elevado; de acordo com dados divulgados pela Central Nacional de Crimes Cibernéticos, de 10 de janeiro a 1º de março de 2011, foram registradas 2.404 denúncias, das quais 976 estavam relacionadas a exploração sexual infantil. Em 2010, esse número foi de 15.396 das 32. 255 denúncias registradas.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sr. Deputados, imprensa, peço a Vossa Excelência a aprovação do requerimento da criação da Frente Parlamentar para Combater a Pedofilia em nosso Estado, haja vista que a medida visa desenvolver e apoiar ações de políticas públicas voltadas para a prevenção e combate deste crime em nosso Estado.

Porquanto, Senhor Presidente, peço apoio não só dos deputados para combater esta prática criminosa no Estado da Bahia, mas aos membros do Ministério Público, Conselhos Tutelares, Delegacia da Mulher, Centro de Referenda Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), Delegacia Especializada da Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente (Derca), Varas da Infância e da Juventude e todos os órgãos vinculados a questão.”

Muito obrigado, Sr. Presidente, por nos ceder esse momento e dizer a todos que estamos engajados nessa luta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro presidente Rosemberg Pinto, aproveito esse tempo para formular a minha questão de ordem, mas quero aqui ratificar mais uma vez o meu posicionamento em relação à maioria penal neste País.

Sou favorável que haja uma diminuição. Os casos são recorrentes, são constantes. Ontem, um militar foi sepultado em Salvador e o autor do assassinato já foi identificado, inclusive pela mãe do mesmo, já perdeu o filho para o tráfico, para a criminalidade. O militar deixou órfã uma filhinha de 4 anos e uma família chorosa.

Esse caso e tantos outros que vêm acontecendo motivam a discussão. Em Feira de Santana, esta semana, meu caro presidente Rosemberg Pinto, um menor de 13 anos foi preso três vezes; outro, de 16, idem, como sempre com armas e drogas e praticando todo tipo de delito.

A presidente da República já disse que é contra a diminuição da maioria penal. O Congresso brasileiro não se movimenta, não se articula, não faz nada, parece até que nada está acontecendo. A sociedade precisa se levantar, precisa se manifestar. Alguma coisa tem de ser feita. Não podemos ficar passivos e inertes em relação a isso, num processo de letargia irritante. Alguns questionam: “Mas se a maioria penal for reduzida agora, depois vai ser diminuída para 15, para 14 anos? Ora,

alguma coisa tem de ser feita neste momento. O jovem de 16 e 17 anos já é consciente dos seus atos. Por mais que me expliquem o contrário, não conseguem me convencer.

Lamentavelmente, a presidente da República é contra. No dia que a sociedade realmente se unir nessa proposição, o político que não pensar dessa forma sofrerá danos nas urnas. Aí ele vai pensar mais de uma vez. No mínimo, façamos um plebiscito para que a sociedade decida, como foi no plebiscito do desarmamento.

Devemos ou não votar num plebiscito, de forma livre e soberana, pela diminuição ou não da maioria penal? Quem não concorda vai à urna e vota para manter; quem discorda vota para cair a maioria para 16 anos. Seria muito justo e lógico. Talvez assim a presidente não tivesse tanta responsabilidade, pois jogaria para a sociedade decidir.

Precisamos dar um basta e chegar a um denominador comum. O que fazer? Estamos entregues a esses menores. Dizem: “A educação é o caminho”. Sim, mas isso será para quando? Para daqui a 100, 200 ou 300 anos? Para que geração, se vemos que, cada vez mais, estamos envolvendo nos níveis educacionais deste País?

Mas, Sr. Presidente, feito esse preâmbulo, peço que V.Ex^a, do alto dessa cadeira, como soberano desta sessão, proceda à verificação do quórum para a continuidade dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Vou atender o seu pedido, deputado.

Mas quero também dizer que esse debate deve ser permeado rapidamente. A minha sugestão é a de que esse tema seja debatido na Comissão de Direitos Humanos. Tendo a ter um posicionamento muito parecido com o de V.Ex^a. Acho que a Assembleia Legislativa deve provocar um debate aqui, com posicionamentos favoráveis e contrários, para que se forme uma opinião sobre esse assunto.

E aproveito para pedir que um grupo de cinco pessoas, representando esse setor que aqui se manifesta, vá, na terça-feira, às 9h30min, à Comissão de Infraestrutura a fim de discutirmos o tema que vocês estão trazendo. E assim, de repente, poderemos fazer uma audiência pública depois.

Parabenizo os estudantes da Legião da Boa Vontade que visitam a nossa Casa através do Programa Integração Assembleia Legislativa e Comunidade Escolar. Parabenizo tanto os professores quanto os alunos que nos visitam neste momento.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Acompanhando a sua sugestão da Comissão de Infraestrutura, também quero sugerir que esta mesma comissão esteja na quarta-feira na Comissão do Direito e Defesa do Consumidor e Relações e Trabalho, é uma outra comissão que esse tipo reivindicação cabe muito bem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Terça-feira fecharemos isso e, de repente, eles serão encaminhado.

Não havendo o quórum de 21 Srs. Deputados no Plenário, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*